

**A Ciência e os caminhos do desenvolvimento**

**Leis, decretos e regulamentos da instrução pública na província do Rio de Janeiro**

*Talita Liduino Moreira, Vinicius Teixeira Santos*

O estudo da história da educação fluminense possui muitas lacunas, uma delas concerne ao acesso às fontes legais sobre a instrução durante o século XIX. As fontes, ainda existentes se localizam em um dos arquivos mais importantes do estado do Rio de Janeiro: Aperj (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro). Entretanto, essas fontes históricas se encontram em estado frágil e o acesso aos documentos requer um trabalho de procura em publicações que nem sempre correspondem ao ano da publicação da legislação, o que dificulta a análise histórica. Nesse sentido, este projeto se configura em uma pesquisa histórico-documental e tem por objetivos localizar, fotografar e transcrever leis, decretos e regulamentos da instrução pública da província do Rio de Janeiro durante o período do império no Brasil, em especial entre os anos de 1834 e 1889. Ao longo da pesquisa alguns obstáculos foram encontrados, o primeiro aspecto refere-se a detalhes físicos das publicações da legislação impressos em brochura com lombada colada e costurada, cabeceada com tecido, com capa dura e escritas em letras tipográficas apresentando desgaste natural pelo tempo e manuseio, folhas amareladas (algumas quebradiças, devido ao ressecamento), muitas folhas soltas e fragmentadas, alguns volumes estão amarrados com tira de pano entre a lombada e a parte aberta do livro para evitar que as folhas se soltem, mas não é só isso, o pesquisador interessado em acessar um determinado documento deve buscar não só o ano específico da legislação, pois às vezes, os livros apresentam erro de impressão, a exemplo de um, no qual constava a data de 14 de dezembro de 1850, que na verdade, era o regulamento de 24 de dezembro de 1859. Foi preciso comparar dois exemplares distintos para perceber que não existia um regulamento de 1850 e o erro de impressão foi duplo: 14 de dezembro era a data de outro regulamento da instrução: 1849. Além desses aspectos, nem sempre a legislação de determinado ano está coincidindo com o ano da publicação. Por exemplo, o regulamento de 1859 foi encontrado em uma publicação de 1868. Os aspectos listados acima demonstram o valor do processo de digitação da legislação oitocentista, facilitando a leitura de pesquisadores em futuras pesquisas que necessitem consultar essas fontes históricas.

Palavras-chave: História da educação; Legislação provincial; Relatórios da província.

Instituição de fomento: CNPq